



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Relacionamento Externo
Secretaria-Executiva do Conselho Brasil-OCDE

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO BRASIL - OCDE
Comitê Gestor do Conselho Brasil - OCDE

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE.

Ato de Criação: Arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9920.htm).

Atos de Designação:

Portaria CC/PR nº 2.288, de 11 de setembro de 2019;

Portaria CC/PR nº 479, de 15 de outubro de 2020;

Portaria CC/PR nº 628, de 02 de junho de 2021;

Portaria CC/PR nº 645, de 10 de junho de 2021;

Portaria CC/PR nº 806, de 22 de julho de 2021;

Portaria CC/PR nº 697, de 22 de junho de 2021;

Portaria CC/PR nº 913, de 09 de agosto de 2021;

Portaria CC/PR nº 1.073, de 08 de setembro de 2021; e

Portaria CC/PR nº 1.074, de 08 de setembro de 2021.

Periodicidade das Reuniões Ordinárias: Mensal (Art. 10 do Decreto nº 9.920, de 2019).

Sigla: --.

DADOS DA REUNIÃO

Data: 22 de outubro de 2021

Horário: 10h15min às 12h30min

Local: virtual (Teams)

REPRESENTANTES PRESENTES

- **André Odenbreit Carvalho**, Secretário Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, membro titular;
- **Paula Roberta de Moraes Baratella**, Secretária Especial Adjunta de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, membro suplente;

- **Sarquis José Buainain Sarquis**, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores - MRE, membro titular;
- **Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel**, Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores - MRE, membro suplente;
- **Erivaldo Alfredo Gomes**, Secretário de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia - ME, membro suplente;
- **Mario Fernandes**, Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República - SG, membro titular;
- **Miguel Griesbach de Pereira Franco**, Assessor Especial na Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV, membro suplente.

Participaram também da 12ª Reunião:

- **Luciano Mazza** (Ministério das Relações Exteriores);
- **José Eduardo Bernardo** (Ministério das Relações Exteriores);
- **Alessandro de Rezende** (Ministério das Relações Exteriores);
- **Felipe Pinheiro Mello** (Ministério das Relações Exteriores);
- **Fernanda Menezes Pereira** (Ministério da Economia);
- **Luís Henrique D'Andrea** (Ministério da Economia);
- **Gustavo de Paula e Oliveira** (Ministério da Economia);
- **Marco Aurélio dos Santos Rocha** (Ministério da Economia);
- **André Monteiro** (Secretaria-Geral da Presidência da República);
- **Alexandre Vasconcellos** (Secretaria-Geral da Presidência da República);
- **Alexandre Urioste** (Secretaria-Geral da Presidência da República);
- **Douglas Gonçalves de Moraes** (Secretaria-Geral da Presidência da República);
- **Paula Roberta de Moraes Baratella** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Renato David Clark de Aquino** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Júlio Alexandre Menezes da Silva** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Oswaldo Pinheiro** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **José Mauro Esteves dos Santos** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Antonio Sergio Malaquias de Queiroz Filho** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Adriana Mascarenhas** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil);
- **Sarita de Paula Pereira Cavalcante**; (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil)
- **Ernesto Serejo Costa** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil); e
- **Flávia Serafim** (Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil).

PAUTA DA 13ª REUNIÃO

1. Apresentação

1. **Apresentação 1.1** – Apresentação da Secretaria Especial de Modernização do Estado (Secretaria-Geral, com base na *Deliberação 1.2 da 11ª Reunião do Comitê Gestor*)

2. Deliberações

1. **Deliberação 2.1** – Estratégia de solicitação de adesão aos instrumentos legais da OCDE (Comitê Gestor - *Deliberação 2.2 da 12ª Reunião do Comitê Gestor e Deliberação 1.6 da 11ª Reunião do Comitê Gestor*)
2. **Deliberação 2.2** – Relatório Trimestral JUN-JUL-AGO/2021 (Secretaria-Executiva do Conselho Brasil-OCDE)

3. Deliberação 2.3 – Pagamento ao Departamento Econômico da OCDE (Ministério da Economia)

3. Informes

1. **Informe 3.1 – Participação brasileira na MCM 2021** – relato e avaliação da participação brasileira no evento (Casa Civil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia); e,
2. **Informe 3.2 – Revisão por Pares do Centro de Governo** – Definição do estudo de caso - Transformação do ambiente de negócios (Casa Civil).

4. Outros assuntos

APRESENTAÇÃO 1.1 - Apresentação da Secretaria Especial de Modernização do Estado

a. Apresentação Realizada.

b. A exposição abordou: a estrutura institucional da Secretaria Especial de Modernização do Estado (SEME); suas competências, com destaque para a articulação entre órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, entes subnacionais, Congresso Nacional e outros atores; e as atividades desencadeadas (como a simplificação normativa, o Sistema Nacional de Identificação do Cidadão, o TransformaGov, o Super.BR, o Fórum Nacional de Modernização do Estado e o Gov.br), as quais estão em consonância com a Política Nacional de Modernização do Estado ([Decreto N° 10.609/2021](#)), que previu a organização das ações por eixos temáticos. Por fim, a apresentação destacou o evento "Brasil + Competitivo", a ser realizado em 15/12/2021, em São Paulo/SP, com o objetivo de melhorar o posicionamento brasileiro no Índice de Competitividade Global, influenciando a percepção dos CEOs que participam da pesquisa que embasa a produção desse índice.

c. Sobre a apresentação, o MRE lembrou que vários organismos internacionais, como Banco Mundial, Nações Unidas, G-20 e OCDE, atuam nos temas de modernização do Estado, digitalização e melhoria do ambiente de negócio. O Brasil tem diálogos estratégicos com vários parceiros sobre esses temas, inclusive bilaterais e em outros foros internacionais. Na OCDE, o assunto é abordado de forma transversal por vários comitês, tais como os de governança, os de políticas econômicas e estruturantes, e os de ciência e tecnologia. No tocante ao Comitê de Governança Pública, do qual o Brasil participa, poucos instrumentos foram aderidos, sendo que a relação dos não aderidos pode ser repassada para a SEME. O MRE esclareceu que foi criado programa específico para a agenda digital (Going Digital), de forma a reunir as iniciativas que estavam pulverizadas em diferentes fóruns, com o intuito de definir políticas e práticas para o processo de transformação digital. Ainda com relação ao tema da transformação digital, fez-se menção ao relatório Going Digital in Brazil de 2020, que resgatou recomendações apresentadas no relatório de 2018, muitas das quais foram superadas, além de outras recomendações sobre onde o Brasil poderia aprofundar-se. A respeito da melhoria do ambiente de negócios, o MRE ressaltou que, entre outros, os comitês da OCDE que mais atuam no tema são o de política econômica, bem como os de investimentos e comércio. Em particular, frisou a importância do indicador sobre a regulação dos mercados de produtos (PMRs) da OCDE no tema. Nesse sentido, algumas iniciativas nacionais em andamento possuem como referência estudos, índices e diretrizes da OCDE, como a adesão aos códigos de liberalização, o PL Cambial e a eliminação de práticas discriminatórias, bem como a referência ao índice de restrição ao comércio internacional de serviços. Ao final da discussão, o MRE colocou-se à disposição para participar do evento de São Paulo.

d. Quanto à apresentação, a SEGOV reforçou a necessidade de aproximação com o Congresso Nacional, por meio da Frente Parlamentar Mista - Brasil Competitivo, cuja atuação converge para temas como crescimento verde, modernização do Estado, simplificação de normativos, e projeto de lei sobre câmbio. Além disso, solicitou a inclusão de parlamentares no evento de 15/12/2021 e sugeriu a realização de apresentação sobre o estado da arte na OCDE.

e. A Casa Civil lembrou que os webinários tratados no âmbito do Comitê podem ser instrumento de aproximação do Congresso Nacional e do setor privado com a agenda da OCDE, inclusive no que se refere à modernização do Estado e ambiente de negócios.

f. O ME destacou que o tema da apresentação é tratado como agenda prioritária no ministério, a qual se evidencia pelas iniciativas em andamento: meta de que a totalidade dos serviços públicos estejam acessíveis por meio digital até meados de 2022; redução de burocracia e de gargalos na área internacional; concessões e privatizações, tendo o setor privado como motor da economia; reformas previdenciária e tributária, essa última em andamento; alterações legais e infralegais para melhoria do ambiente de negócios; crescimento verde e sustentabilidade como atrativo ao investimento estrangeiro.

g. A SEME destacou a necessidade de aproximação com o Comitê, pois entende que o alinhamento nacional aos princípios, diretrizes e conformidade aos regramentos da OCDE coaduna-se com os objetivos da Secretaria Especial. Informou que a SEME já está atuando em parceria com a SEGOV, no que se refere à articulação com o parlamento. Corroborou a sugestão de apresentação da relação Brasil-OCDE no evento no evento "Brasil +Competitivo", de forma que os CEOS tenham claro que o país está buscando alinhar-se à OCDE para modernização do país.

h. Após as considerações, a Casa Civil propôs a continuidade das tratativas, por meio de conversas e encontros entre os atores específicos dedicados aos temas de digitalização, modernização do Estado e ambiente de negócios, que se desenvolveriam fora do âmbito do Comitê, mas cujos resultados lhe poderiam ser comunicados. Também sugeriu que os próximos diálogos temáticos a serem propostos ao Comitê Gestor poderiam abordar trabalho e educação, dois assuntos que em breve deverão ser tratados em reuniões ministeriais da OCDE.

DELIBERAÇÃO 2.1 - Estratégia de solicitação de adesão aos instrumentos legais da OCDE

a. A Casa Civil destacou que a deliberação foi postergada pelo Comitê, na sua última reunião, para amadurecimento dos critérios entre Casa Civil e MRE. Informou ainda sobre a obtenção de consenso entre esses atores quanto aos critérios (framework de acessão, instrumentos novos e instrumentos sem óbices). Lembrou que a identificação, com base nos critérios, dos instrumentos priorizados foi compartilhada com os membros do Comitê e que se pretende escalar a análise desses instrumentos em função do grau de sua maturidade e evitando sobrecarregar os setoriais responsáveis. Informou que seis instrumentos estão em vias de finalização, sendo que dois deles aguardam resposta do Comitê.

b. Colocados para deliberação, os critérios, a lista de instrumentos prioritários e a proposta de escalonamento foram aprovados por consenso.

DELIBERAÇÃO 2.2 - Relatório Trimestral JUN-JUL-AGO/2021 (Inciso VIII do Art. 6º do Decreto nº 9.920/2019)

a. A Casa Civil recordou que é atribuição da Secretaria-Executiva do Comitê apresentar relatórios trimestrais, sendo que o relatório atual, após a incorporação das contribuições do MRE, foi encaminhado aos membros do Comitê em formato objetivo e sucinto, que se pretende adotar doravante.

b. A SEGOV informou que encaminhará sugestões ao documento. Os outros membros manifestaram concordância com a prévia do relatório.

DELIBERAÇÃO 2.3 - Pagamento ao Departamento Econômico da OCDE

a. O ME informou que o Departamento Econômico da OCDE tem papel central na Organização e que, em particular, o "Economic Survey", relatório ali produzido, é elemento chave aos países candidatos na etapa da acessão. Funciona como um "entry point" para a OCDE, uma vez que ali é realizado um "economic assessment" no momento pré-acessão, e o Comitê de Revisão do Desenvolvimento Econômico (EDRC), um de seus integrantes, necessita de informações sobre a situação econômica dos países antes de sua decisão, sendo sempre este o último comitê técnico que delibera previamente à decisão final do Conselho.

b. O Departamento Econômico combina pesquisa comparativa entre países com o conhecimento nacional detalhado, produzido por experts responsáveis que acompanham cada país. O ME esclareceu que ele cria pontes entre análises rigorosas e os desafios da implementação prática de políticas públicas, estabelecendo um diagnóstico claro do conjunto de reformas prioritárias para cada país. Entre os principais produtos do Departamento estão o "Economic Outlook", o "Going For Growth", o Portal de Finanças Públicas, análises de políticas públicas para o crescimento verde, análises do mercado de trabalho e capital humano e estudos comparativos sobre crescimento econômico. Mais especificamente sobre o país, o "Economic Survey", como já mencionado, é publicado bianualmente, e fornece uma análise abrangente do panorama econômico, com capítulos cobrindo os principais desafios econômicos e recomendações de políticas públicas para lidar com esses desafios. É ferramenta útil para que o país possa avaliar a qualidade de suas políticas econômicas, as reformas necessárias que podem produzir maior crescimento econômico.

c. Desde 2001, foram realizadas nove edições desse relatório sobre o Brasil, o que tem sido possível graças ao estabelecimento de uma seção sobre o país ("Brazil desk") dentro do "Countries Studies Branch", do Departamento Econômico – a qual é responsável não apenas pela elaboração do "Economic Survey", mas também pela produção de projeções econômicas regulares sobre o país e participação em trabalhos comparativos entre países que incluem o Brasil. Até recentemente, esse trabalho era financiado por meio de contribuições dos países

membros da OCDE, mas mudanças recentes no orçamento da Organização levaram à sua interrupção.

d. Para viabilizar a continuidade da produção desse tipo de análises e outras atividades, a OCDE solicita aos países com status de parceiros-chave (key partners) – caso do Brasil – que contribuam para o financiamento de sua respectiva seção no Departamento Econômico. Assim, seria necessária uma participação financeira bianual, fixada em quinhentos e vinte mil euros (520.000 €), a qual pode ser paga em contribuições anuais de duzentos e sessenta mil euros (260.000 €), que incluiria: 1) uma mesa (desk)/seção especializada em Brasil; 2) um "Economic Survey" bianualmente; 3) uma previsão econômica trimestral do país; 4) uma nota sobre o Brasil semestralmente na publicação carro-chefe "Economic Outlook"; 5) uma nota sobre o Brasil bianualmente na publicação carro-chefe "Going for Growth"; 6) participação nos Comitês do Departamento de Economia (EDRC, EPC, WP1, STEP); e 7) vários trabalhos ad-hoc sobre o Brasil.

e. O ME informou ainda entender que estreitar relações com essa área econômica da OCDE pode representar uma grande oportunidade para o país, especialmente neste momento em que o país busca acesso à Organização – movimento já feito por outro "key partner", a África do Sul, que já se decidiu pela contribuição anual ao Departamento Econômico. Uma eventual não contribuição pelo Brasil, além das perdas de visibilidade nos estudos econômicos e de participação em diversos fóruns, poderia limitar o engajamento do país com a OCDE, com potenciais efeitos sobre o processo de acesso. Dessa forma, tendo em vista o contexto que se apresenta, o ME sugere que o Brasil continue participando das iniciativas lideradas pelo Departamento Econômico da OCDE, passando a contribuir financeiramente nos termos relatados acima.

f. A Casa Civil apontou a necessidade de se indicar a relação entre o uso de recursos associados ao ciclo orçamentário de 2021 para cobrir ações distribuídas entre os anos de 2021 e 2022, bem como a necessidade de se avaliar os termos da carta a ser recebida da OCDE. Propôs que, cumpridas essas etapas, o tema voltasse à deliberação do Comitê, por e-mail, durante o intervalo de tempo até a 14ª Reunião, o que foi aceito por consenso.

INFORME 3.1 - Participação brasileira na MCM 2021 – relato e avaliação da participação brasileira no evento (Casa Civil, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia)

a. Relato Realizado.

b. A Casa Civil comentou a participação do ministro da Casa Civil no evento, com destaque para a sessão dedicada à construção de um futuro verde e inclusivo. Ressaltou o sucesso em abordar vários temas – clima, saneamento, energia e programa de crescimento verde, dentre outros, em uma intervenção brasileira curta, mas de mesma duração à dos países-membros. Ressaltou o reconhecimento, na MCM, da prioridade política atribuída pelo Brasil à OCDE, expressa em delegação de alto nível.

c. O MRE destacou que a participação brasileira foi exitosa, com a presença de três ministros, além do Secretário-Executivo do ME, os quais reafirmaram o interesse na acesso do Brasil à OCDE. Na avaliação do MRE, a participação do Brasil contribui para demonstrar o alinhamento do país aos valores e princípios da OCDE. O processo de ingresso de novos membros foi tema de discussão com o Secretário-Geral da OCDE, que defendeu a retomada de conversas informais sobre o tema e o início do processo de acesso de forma simultânea para os seis atuais candidatos. Apesar da iniciativa de Cormann, o MRE recordou aos presentes que a decisão quanto ao início do processo de acesso pelos países candidatos cabe aos países-membros. Ressaltou, no entanto, que a proposta do SG-OCDE busca ser pragmática, levando em consideração preocupações dos membros relacionadas ao controle de novos processos de acesso.

d. O ME relatou os encontros do Ministro da Economia com representantes da área econômica do governo norte-americano, realizados às margens das Reuniões Anuais (G20), de 11 a 17 de outubro, em Washington, que facilitaram a aprovação, pelos países, do Acordo Global de Tributação. Na ocasião, o ME aproveitou para mencionar a recorrência da pauta econômica nas discussões da OCDE e da importância da efetiva participação brasileira nessa instância, bem como no Comitê de Políticas Ambientais (EPOC, na sigla em inglês).

INFORME 3.2 - Revisão por Pares do Centro de Governo – Definição do estudo de caso - Transformação do ambiente de negócio (Casa Civil)

a. A Casa Civil informou que, após definição do tema do estudo de caso (transformação do ambiente de negócio) associado ao peer review, os pontos focais estão sendo identificados pelos setoriais com interesse no assunto.

OUTROS ASSUNTOS

a. A Casa Civil aproveitou a ocasião para solicitar o apoio dos membros do Comitê na divulgação do próximo webinar, que tem por tema a promoção da integridade pública e será realizado no dia 28/10/2021.

Brasília, 22 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO
Casa Civil da Presidência da República
Assessor Especial

(assinado eletronicamente)

SARQUIS JOSÉ BUAINAIN SARQUIS
Ministério das Relações Exteriores
Secretário de Comércio Exterior e Assunto
Econômicos do Ministério das Relações
Exteriores

(assinado eletronicamente)

ERIVALDO ALFREDO GOMES
Ministério da Economia
Secretário de Assuntos Econômicos
Internacionais

(assinado eletronicamente)

MARIO FERNANDES
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretário Executivo

(assinado eletronicamente)

MIGUEL GRIESBACH DE PEREIRA FRANCO
Secretaria de Governo da Presidência da República
Assessor Especial



Documento assinado eletronicamente por **Andre Odenbreit Carvalho**, **Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República**, em 10/11/2021, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Secretário-Executivo**, em 10/11/2021, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Griesbach de Pereira Franco**, **Assessoria Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República**, em 12/11/2021, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2962856** e o código CRC **ECF35E6F** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00020.001535/2021-01

SEI nº 2962856